



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

<b>Processo nº</b>	14751.000108/2006-18
<b>Recurso nº</b>	Voluntário
<b>Acórdão nº</b>	<b>3403-01.303 – 4<sup>a</sup> Câmara / 3<sup>a</sup> Turma Ordinária</b>
<b>Sessão de</b>	10 de novembro de 2011
<b>Matéria</b>	IPI. ISENÇÃO
<b>Recorrente</b>	JOSÉ CLAUDINO DO NASCIMENTO
<b>Recorrida</b>	FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI**

Data do fato gerador: 27/12/2001

Ementa:

ISENÇÃO DE IPI PARA TAXISTAS. ART. 2º, DA LEI 8.989/95. ALTERAÇÃO PELA LEI 9.317/96. INTERPRETAÇÃO HISTÓRICA.

Para os taxistas que já haviam adquirido um veículo com isenção de IPI, a Lei nº 9.317/96 não permitiu duas novas aquisições isentas, mas apenas uma.

AFERIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI. IMPOSSIBILIDADE.

É defeso ao CARF, a teor do art. 62 do seu regimento, reconhecer a inconstitucionalidade de lei fora das hipóteses excepcionais do parágrafo único do mesmo artigo.

Recurso voluntário negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

Antonio Carlos Atulim – Presidente

Marcos Tranches Ortíz – Relator

Participaram da sessão de julgamento os Conselheiros Robson José Bayerl, Domingos de Sá Filho, Liduína Maria Alves Macambira, Ivan Allegretti, Marcos Tranches Ortíz e Antonio Carlos Atulim.

## Relatório

Em 27 de dezembro de 2001, o recorrente adquiriu veículo (fl. 20) com isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI. A desoneração teve fundamento na Lei nº 8.989/95 e alterações posteriores, que isenta do imposto a saída de determinados veículos, quando adquiridos por motoristas profissionais (taxistas).

O direito à isenção foi devidamente reconhecido através da Autorização nº 27/2001 expedida pela DRF de João Pessoa/PB (fl. 24), no âmbito do processo administrativo nº 11618.002613/2001-39.

Em 24 de setembro de 2002, a autorização foi, entretanto, cancelada pela DRF, que constatou tratar-se da *terceira* vez em que o recorrente usufruía do favor legal, quando a Lei nº 8.989/95, na redação vigente à época, admitia um máximo de *duas aquisições* isentas por comprador.

Intimado do cancelamento da autorização, o recorrente peticionou à DRF inconformado com a perda do benefício (fl. 32). Os autos do processo administrativo foram, então, remetidos à DRJ-Recife/PE, que manteve o cancelamento (fls. 34/38). Nova manifestação inconformada do recorrente, e aqueles autos subiram ao Segundo Conselho de Contribuintes, que, em 13 de abril de 2005, por maioria de votos, manteve a decisão da DRJ através do acórdão nº 203.10-109 (fls. 41/49).

Em 7 de abril de 2006, portanto 12 meses após a decisão definitiva acerca do cancelamento da isenção, a DRF finalmente lavrou o presente auto de infração para cobrança do IPI (fls. 2/8). Com fundamento nos arts. 179, §2º e 175, II do CTN, o lançamento foi ultimado sem multa de ofício, em razão da inexistência de dolo ou simulação pelo recorrente.

Na impugnação (fls. 56/59), o recorrente, com fundamento no art. 106, II, ‘c’ do CTN, pediu a aplicação retroativa da Lei nº 10.690/03 que, alterando o art. 2º da Lei nº 8.989/95, tornou ilimitado o número de aquisições isentas, desde que medeando um intervalo de três anos entre cada aquisição.

A DRJ-Recife/PE manteve a autuação (fls. 86/90), entendendo que “não se impôs qualquer penalidade ao contribuinte, situação que poderia ensejar a aplicação do art. 106 do CTN, mas tão-somente se o está ‘penalizando’, na acepção própria do termo – daí talvez a confusão –, com o recolhimento do imposto não recolhido quando da aquisição do veículo”.

Sobreveio, finalmente, tempestivo recurso voluntário (fls. 132/136) que inaugurou a seguinte linha argumentativa até então inédita nos autos:

(a) a primeira autorização (nº 130/95) fora-lhe concedida na vigência da redação original da Lei nº 8.989/95, que permitia uma única aquisição isenta por adquirente;

(b) a segunda (nº 158/98) e a terceira (nº 27/01) aquisições foram-lhe concedidas sob a redação do art. 2º da Lei nº 8.989/95 *conferida pela Lei nº 9.317/96*, que passou a permitir até duas aquisições isentas intervaladas em três anos;

(c) com a Lei nº 9.317/96, a contagem do número aquisições isentas até então seria “zerada”, fazendo com que a terceira aquisição – objeto desta autuação – fosse, para os fins dessa nova lei, *apenas a segunda*, não havendo, assim, ofensa ao limite legal vigente.

Eis o relato.

## Voto

Conselheiro Marcos Tranches Ortíz

Inicialmente, faço consignar alguma estranheza com a tramitação do processo nº 11618.002613/2001-39, onde se debateu o cancelamento da isenção. A meu ver, e com devido respeito ao entendimento externado no acórdão nº 203.10-109, a decisão da DRF que cancelou a isenção era irrecorrível.

Segundo os arts. 10 e 14 do Decreto nº 70.235/72, o contencioso fiscal administrativo, em cujo âmbito atua este Conselho, inicia-se com a impugnação a *autos de infração*. A previsão genérica de recorribilidade de decisões administrativas, prevista na Lei nº 9.784/99, não se aplica ao processo administrativo fiscal, para o qual há lei especial – o Decreto nº 70.235/72. Tanto é assim que, para legitimar os recursos contra a não-homologação de pedidos de compensação, foi necessário promulgar-se outra lei especial instituindo esse direito (Lei nº 9.430/96, art. 74, §11).

A tramitação a meu ver impertinente do processo de cancelamento da isenção esteve, aliás, a ponto de provocar a decadência do direito ao lançamento. Após o trânsito em julgado, os autos retornaram finalmente à DRF em janeiro de 2006 (fl. 50), já no último ano do quinquênio. Se, circunstancialmente, o julgamento no CARF houvesse tardado pouco mais, o lançamento poderia restar inviabilizado.

Ao decidir sobre o cancelamento da isenção, o v. acórdão nº 203.10-109 poderia suscitar, ainda, delicado questionamento sobre os efeitos da coisa julgada administrativa no momento – que ora se vivencia – de julgar-se o auto de infração.

Essa questão somente não se chega a colocar aqui verdadeiramente porque aquele v. acórdão versou unicamente a sujeição passiva do recorrente – na qualidade de contribuinte de fato do IPI – para a cobrança do imposto, aspecto esse não ventilado no recurso voluntário e que, por isso, deixo de conhecer.

Tampouco se reiterou no recurso a aplicação, mesmo que analógica, do art. 106 do CTN, em razão de lei posterior (Lei nº 10.690/03) haver suprimido a limitação na quantidade de aquisições isentas por adquirente, razão pela qual abstengo-me de apreciar essa possibilidade.

Resta aqui, enfim, enfrentar tão somente o argumento exposto no voluntário.

Eis a redação original do art. 2º da Lei nº 8.989/95:

*“Art. 2º O benefício previsto no art. 1º somente poderá ser utilizado uma única vez”.*

A Lei nº 9.317/96 deu ao dispositivo a seguinte redação:

*“Art. 2º O benefício de trata o art. 1º somente poderá ser utilizado uma vez, salvo se o veículo tiver sido adquirido há mais de três anos, caso em que o benefício poderá ser utilizado uma segunda vez”.*

O recorrente adquiriu um veículo com isenção na vigência da redação original do art. 2º. Já na vigência da redação modificada, adquiriu outros dois veículos com isenção, e sustenta que a aquisição feita quando da redação original não deve ser computada para fins da nova redação.

Não penso ser essa a melhor exegese da norma. O fato de a Lei nº 9.317/96 haver modificado diretamente a redação do art. 2º da Lei nº 8.989/95, sem qualquer dissolução de continuidade, é, a meu ver, um elemento relevante de *interpretação histórica*. Extraio disso que a intenção do legislador, nitidamente, não foi conferir duas novas oportunidades de isenção a quem já havia usufruído do benefício uma vez. A *intentio legis* foi franquear o favor fiscal “uma segunda vez”, na precisa dicção legal.

Essa interpretação histórica, que redunda em um alcance mais restrito da isenção, afina-se com o art. 111, II do CTN que orienta o operador do direito na hermenêutica das isenções.

Ademais, atento para a redação atual do mesmo art. 2º da Lei nº 8.989/95:

*“Art. 2º A isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI de que trata o art. 1º desta Lei somente poderá ser utilizada uma vez, salvo se o veículo tiver sido adquirido há mais de 2 (dois) anos. (Redação dada pela Lei nº 11.196, de 2005)*

*Parágrafo único. O prazo de que trata o caput deste artigo aplica-se inclusive às aquisições realizadas antes de 22 de novembro de 2005. (Incluído pela Lei nº 11.307, de 2006)*

Portanto, há hoje previsão legal expressa no sentido de que todas as aquisições isentas pretéritas são consideradas na aplicação da regra de isenção.

Para acolher a tese do recorrente, seria agora necessário assumir a inconstitucionalidade do parágrafo único do art. 2º da Lei nº 8.989/95, iniciativa vedada pelo art. 62 do Regimento Interno deste Conselho.

Nego, pois, provimento ao recurso.

Marcos Tranches Ortíz

CÓPIA